



Tese nº 4

Tema: Conjuntura, Marco Regulatório e Fortalecimento do FNDC

Identificação: O cenário atual da luta pela democratização da comunicação

Autoria: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

O cenário atual da luta pela democratização da comunicação

Uma das pautas políticas mais negligenciadas pelo poder público brasileiro é a Comunicação. Apesar da importante iniciativa em realizar a 1ª Confecom e algumas outras questões pontuais que foram alvo de atenção do governo federal nos últimos anos, pouco se avançou no sentido de alinhar o regramento legal brasileiro às imposições de um mundo contemporâneo – cuja principal marca é a predominância das novas tecnologias da informação e comunicação em todas as esferas da sociedade. Também foram poucas as iniciativas no campo das políticas públicas voltadas para o setor.

Os desafios da convergência tecnológica, somados à obsoleta legislação vigente no Brasil, constituem-se em verdadeiros tabus a serem enfrentados pela sociedade brasileira para aprofundar a democracia e garantir direitos.

Rádiodifusão, jornais, revistas e grandes conglomerados da comunicação se transformaram num verdadeiro poder paralelo. Usam seu monopólio para impor uma agenda política nacional – sempre negativa – no sentido de imobilizar as possíveis ações avançadas do governo. Eles têm se empenhado na produção de escândalos para derrubar ministros, fragilizar o governo e desmoralizar a política; ignoram os dados positivos do país na economia, na educação e em outras áreas sociais.

De outro lado, o poder econômico das empresas de Telecomunicação tem sido eficiente em impedir o Estado brasileiro de adotar uma política pública que efetive o acesso à internet como direito. Um ambiente potencialmente democratizador do acesso à informação e de ampliação da diversidade e pluralidade de ideias na sociedade, a internet ainda está restrita a uma fatia pequena dos brasileiros. Como avaliou o governo por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Banda Larga, a internet no Brasil é lenta, cara e para poucos.

Apesar de reconhecer o gargalo, as políticas do governo para a internet têm se caracterizado por atender às demandas do setor privado, com renúncia fiscal, subsídios e linhas de investimento para as empresas de Telecomunicações sem colocar como contrapartida qualquer compromisso com metas de universalização.

Na área da comunicação comunitária a realidade é dramática. A Anatel tem atuado junto com a Polícia Federal para fechar e criminalizar as rádios comunitárias, numa perseguição política que conseguiu ser maior nos anos do governo Lula do que em governos anteriores. Não se constitui uma política de incentivo e legalização das rádios comunitárias e enquanto isso, infelizmente, elas continuam sendo tratadas como assunto de polícia.

O projeto de sistema público de comunicação ainda está em fase muito inicial e carece de uma visão mais estratégica para a sua consolidação. A primeira fase da EBC teve o mérito de recuperar em parte o patrimônio técnico e de recursos humanos para lançar as bases de construção dos veículos que a compõe. No caso da TV Brasil, avançou-se pouco na definição da sua vocação. Persiste uma visão generalista na sua grade de programação e pouca ousadia para buscar novos caminhos que a coloque em condições de disputar a audiência.

Os espaços de participação social no debate acerca das políticas de comunicação continuam exíguos. O Conselho de Comunicação Social, por exemplo, continua desativado e não há perspectiva para a nomeação de seus membros, mesmo nos moldes de organismo auxiliar do Poder Legislativo.

Este breve relato do cenário da luta pela democratização da comunicação dá um pouco da dimensão dos desafios que existem pela frente. E mostra, também, que para se obterem avanços efetivos nesta área é indispensável uma ampla mobilização da sociedade brasileira.

Por um novo marco regulatório das comunicações

Consideramos que todas as questões listadas acima e outras que dizem respeito à luta pela democratização da comunicação estão reunidas na luta por um novo marco regulatório das comunicações. Essa deve ser a bandeira prioritária neste momento e reunir o movimento social.

O Brasil precisa de um marco regulatório moderno para as comunicações não só por esta ser uma tarefa democrática, mas também porque ela pode impulsionar o desenvolvimento econômico nacional dentro de uma perspectiva soberana e de observância de direitos.

O papel do movimento social é empurrar o governo, pressionando para que ele assuma esse debate publicamente. Os 20 pontos para democratizar a comunicação no Brasil são um importante instrumento político de debate e ação em torno da luta pelo novo marco regulatório.

O momento é de mobilização construída com unidade para fazer pressão. Precisamos sair às ruas para exigir uma comunicação mais democrática. E este não pode ser um movimento desta ou daquela organização, tem que ser uma iniciativa massiva da sociedade e com alcance nacional, porque os interesses a serem enfrentados são muito poderosos.

É urgente a realização de uma campanha massiva que expresse essa luta. Uma campanha que combata a visão de que regular é censurar e que a liberdade de imprensa está acima de tudo e de todos. A liberdade de imprensa e a regulação dos meios de comunicação devem estar pautadas pelo direito à comunicação, como definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 19º: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

O FNDC tem que cumprir o papel de ser o amálgama das entidades do movimento social brasileiro em torno dessa.

Desafios impõem nova postura ao FNDC

Criado em 1991, o FNDC foi fruto de uma articulação de entidades que já naquele momento viam a comunicação como uma temática central para a consolidação da democracia brasileira. Teve papel fundamental em vários momentos e se legitimou como interlocutor das reivindicações por uma comunicação mais democrática.

De lá para cá, o Fórum passou por altos e baixos. Em particular, no último período, focou demasiadamente sua atuação em torno da luta contra o fim do diploma para jornalistas e teve um distanciamento dos estados. Participou da 1ª Confecom, inclusive da Comissão Organizadora Nacional, mas teve pouca força para impulsionar a mobilização social em todo o país. Mesmo após a Confecom, teve dificuldades em atrair a diversidade de entidades e movimentos que participaram daquele processo para robustecer o FNDC. Também não conseguiu aproveitar a mobilização que aconteceu em todos os estados para fundar ou refundar os comitês regionais do Fórum.

Essa fragilidade está longe de ser um problema das entidades que compõem o FNDC. Ela é uma fragilidade de todo o movimento. Isso porque a luta por um novo marco regulatório exige a existência de um pólo nacional unificador e mobilizador que dê concretude a essa luta. Caso contrário, corremos o risco de patinar e termos uma ação fragmentada nacionalmente.

Precisamos fortalecer o Fórum para atrair novas organizações e dotá-lo de dinamismo para acompanhar todas as questões que envolvem a luta pela democratização da comunicação e impulsionar a mobilização nacional por um novo marco regulatório.

O recrudescimento da luta política capitaneada pela mídia e a falta de iniciativa mais efetiva do governo para pautar o tema, como já sublinhado, exigem que o FNDC seja mais do que um interlocutor político, seja um agente de pressão e mobilização. O FNDC tem que estar sintonizado com esses desafios para não perder sua relevância histórica.

Para isso, o Conselho Deliberativo do FNDC deve ter um papel mais ativo, reunindo-se periodicamente para debater os principais temas. Deve ser ampliado, para abarcar mais plenamente a diversidade de atores que lutam por uma comunicação mais democrática.

O FNDC deveria fazer uma campanha institucional de filiação de novas entidades. Deveria dialogar, inicialmente, com todas as entidades nacionais que participaram da 1ª Confecom, convidando-as para integrar o Fórum, mostrando que o FNDC tem que ser um espaço aonde as entidades mantêm sua autonomia e ao mesmo tempo se integram e fortalecem.

Quanto mais diversidade o FNDC conseguir refletir, maior será sua legitimidade e representatividade como ator político na luta pela democratização da comunicação.

O FNDC tem que atuar com os mais amplos setores sociais, fazendo ações com as entidades filiadas e também com não filiadas, objetivando fortalecer a luta em torno das pautas que estão colocadas em cada momento.

Essa abertura do FNDC também deve se refletir no seu Conselho Executivo, que precisa ser o polo dinâmico do Fórum, executando as políticas debatidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, colocando em andamento as ações de ampliação e fortalecimento do FNDC e, principalmente, executando a importante tarefa de impulsionar a grande mobilização social por um novo marco regulatório para as comunicações.